



O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: GÊNESE, NATUREZA E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

SOCIAL SERVICE IN BRAZIL: GENESIS, NATURE AND CHALLENGES IN THE CONTEMPORARY WORLD

Mably Trindade¹

Resumo

O presente artigo aborda as concepções sobre a gênese e a natureza do Serviço Social no Brasil, bem como apresenta alguns aspectos dos significados sócio-históricos da profissão. Considerando as inúmeras e significativas mudanças de rumo ocorridas ao longo da história, pretende-se analisar o processo de legitimação do Serviço Social e de consolidação de suas funções na sociedade e no Estado brasileiro, com base em metodologia que, essencialmente, privilegia a pesquisa da literatura sobre o tema. O recorte temporal, por sua vez, compreende o período de 1930, quando a profissão institucionaliza-se no Brasil, num contexto de intensa agudização das refrações da questão social, aos anos 2000. Por fim, tendo em vista o inegável amadurecimento intelectual da categoria dos assistentes sociais, ocorrido a partir dos anos oitenta do século XX, procura-se examinar os desafios do Serviço Social no país, em face dos retrocessos na preservação de direitos e do afloramento do conservadorismo e do neoconservadorismo na contemporaneidade.

Palavras-chave: Serviço Social; Gênese; Natureza; Conservadorismo e Neoconservadorismo.

Abstract

This article addresses the conceptions of genesis and nature of Social Work in Brazil, as well as presents some aspects of the social-historical meanings of the profession. Considering the numerous and significant changes taken place throughout history,

¹ Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. **Autora para correspondência.** E-mail <mablytrindade@gmail.com>.

the process of legitimizing Social Service and consolidating its functions in society and in the Brazilian State is analyzed, on the basis of a methodology which is essentially a review of Literature on the subject. The timeline, in turn, covers the period of 1930, when the profession was institutionalized in Brazil, in a context of intensification of the social issues, to the years 2000. Finally, in view of the undeniable intellectual maturity of the category of social workers, which began in the 1980's, the article seeks to examine the challenges faced by Social Service in the country, given the setbacks in the preservation of rights and the emerging conservatism and neoconservatism of contemporary times.

Keywords: Social Service. Genesis. Nature. Conservatism and Neoconservatism.

INTRODUÇÃO

Considerando as diversas matrizes do pensamento social e suas expressões nos diferentes campos do conhecimento humano, a compreensão teórico-metodológica da realidade não é um processo neutro. Por conseguinte, as análises e interpretações acerca das origens e do desenvolvimento do Serviço Social não se revelam homogêneas, sendo permeadas por diversas clivagens, tensões e confrontos.

Desvendar questões relativas à gênese e ao percurso da profissão, portanto, implica compreender diferentes posicionamentos, lógicas e estratégias que permearam as concepções e a atuação do Serviço Social em sua trajetória histórica, que vem se construindo com base na interlocução com o próprio movimento da sociedade. Ademais, analisar historicamente o Serviço Social exige romper com as constatações vazias e com a enumeração de fatos que, pretendendo ser objetiva, reduz a história a uma mera sucessão cronológica de acontecimentos do passado, que não têm qualquer significado senão aqueles que, nos diferentes momentos e conjunturas, os homens lhes outorgam.

Nesse sentido, o presente artigo foi estruturado em três seções. Na primeira, são abordadas as duas concepções de análise sobre gênese e natureza do Serviço Social no Brasil, denominadas por Carlos Montaña (2007) de perspectivas endogenista e histórico-crítica. A segunda seção, por sua vez, apresenta alguns aspectos dos significados sócio-históricos do Serviço Social brasileiro. E, por fim, na

terceira seção são discutidos os desafios do Serviço Social na contemporaneidade, a partir da emergência do conservadorismo e do neoconservadorismo na profissão.

As fronteiras desse texto não permitem, obviamente, uma apurada reconstrução da história da profissão, mas apenas resgatar certos traços de sua origem para os propósitos anteriormente referidos.

Gênese e natureza do serviço social: duas teses antagônicas

A partir da análise da literatura sobre o tema, observa-se que o Serviço Social brasileiro tem dedicado importante espaço intelectual às investigações acerca de sua origem e legitimação como profissão, bem como sobre as funções que cumpre na sociedade e no Estado. Tal esforço de compreensão justifica-se em razão das ambiguidades de conceituações e fundamentos e pelas inúmeras mudanças de rumo – algumas bastante significativas – ocorridas ao longo da história.

As diversas interpretações sobre a gênese do Serviço Social convergem, essencialmente, para duas teses antagônicas entre si. Tais teses, denominadas por Carlos Montañó (2007) de perspectivas endogenista e histórico-crítica, enfrentam-se como percepções extremas e mutuamente excludentes sobre o tema.

Perspectiva Endogenista:

Esta corrente considera que a origem do Serviço Social reside na evolução, organização e profissionalização das formas “anteriores” de ajuda e caridade. A profissão, portanto, é compreendida a partir de si mesma, representando apenas o resultado da sistematização da filantropia.

Montañó (idem) observa que as concepções endogenistas não advêm de um conjunto harmônico e/ou homogêneo de profissionais; muito pelo contrário, são chanceladas por autores das mais variadas matizes político-ideológicas e teórico-metodológicas, como Boris Alexis Lima (1978), Ezequiel Ander-Egg (1975), Balbina Ottoni Vieira (1977), dentre outros. Com efeito, não obstante as diferenças quanto às perspectivas teóricas, filosóficas e ideológicas, tais pesquisadores, no que diz

respeito à funcionalidade do Serviço Social em sua gênese, compartilham uma visão ensimesmada da profissão, desconsiderando a realidade histórica da sociedade.

Em outras palavras, a perspectiva endógena não posiciona tal realidade como fundamento da emergência e do desenvolvimento profissional, apenas associa as etapas do Serviço Social aos respectivos contextos históricos, o que confere à profissão uma espécie de “autonomia” histórica em relação à sociedade, às classes e às lutas sociais. Ademais, ao vincularem o surgimento do Serviço Social diretamente às opções particulares dos sujeitos filantropos de se organizar e se profissionalizar, as teses endogenistas assumem uma clara visão particularista e focalista da profissão. Os fatos são, portanto, naturalizados, construindo-se a história sem encadeamento e de forma etapista.

Como se percebe, essa tese não considera o contexto social, econômico e político determinante ou condicionante do processo de criação do Serviço Social, não compreende a luta de classes como fator preponderante do significado sócio-histórico da profissão e nem concebe o Estado como instrumento do projeto hegemônico da classe burguesa ou, nos termos assinalados por Karl Marx (1975), como um comitê executivo para administrar os negócios comuns da burguesia.

De fato, segundo a interpretação endógena, a gênese do Serviço Social brasileiro relaciona-se a um movimento de bases confessionais de cristãos laicos, com vistas a uma presença mais organizada da Igreja Católica no mundo secular. Nesse sentido, o Serviço Social representa para os militantes desses movimentos uma alternativa profissionalizante às atividades de apostolado social, que visam minorar o sofrimento da população pobre.

Em 1932, com o incentivo dos católicos e, conseqüentemente, sob o controle da Igreja, foi criado em São Paulo o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social do país, destinada exclusivamente a mulheres. A ação das assistentes sociais, contudo, limitava-se ao trabalho com migrantes, em sua maioria nordestinos, imigrantes, famílias de operários, “menores desvalidos” e egressos de reformatórios e penitenciárias, com uma prática eminentemente assistencial (IAMAMOTO, 2011b).

A pobreza, influenciada pelo pensamento da Igreja, era compreendida como questão moral, de responsabilidade dos próprios sujeitos que a vivenciavam.

Tratava-se, de acordo com Maria Carmelita Yazbek (2001), de abordagem conservadora, individualista, psicologizante e moralizadora, que encontrou no Serviço Social efetivas possibilidades de desenvolvimento. Observa-se, por consequência, uma hereditária, estrutural e medular vinculação do Serviço Social aos preceitos do pensamento conservador.

Montaño (2007), por seu turno, considera tal abordagem metodológica e teoricamente equivocada, além de desprovida de qualquer perspectiva crítica da história da profissão, especialmente por não vislumbrar a ruptura, em termos de significado, funcionalidade e legitimação, entre as práticas filantrópicas e a atuação do assistente social como um trabalhador assalariado.

Sobre essa concepção, Marilda Villela Iamamoto (2005) assinala que é imprescindível romper com a visão endógena e focalista do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos; afinal, é preciso alargar os horizontes e situar a profissão no contexto da história, compreendendo-a no âmbito do movimento das classes e das relações do Estado com a sociedade. Por sua vez, a crítica de José Paulo Netto (2008) enfatiza a ingenuidade de se tentar compreender a história como mero relato dos fatos, isto é, considerando tão somente a historiografia e de se conceber as profissões como blocos homogêneos ou identitários, diante da enorme diversidade e das tensões e confrontos internos que as permeiam.

Perspectiva Histórico-Crítica

Uma segunda interpretação sobre a gênese e a natureza do Serviço Social compreende o surgimento da profissão como resultado dos projetos político-econômicos que, no curso da história, reproduzem material e ideologicamente os valores e interesses da classe hegemônica. Tal corrente, em oposição à tese endogenista, relaciona a emergência do Serviço Social ao fato de o Estado ter tomado para si as respostas à “questão social”, no contexto histórico da sociedade do capital, em sua idade monopolista.

Essa perspectiva, sustentada – ainda que de forma heterogênea – por autores como Marilda Villela Iamamoto (2008), Raul de Carvalho (2008), Manuel Manrique Castro (1982), Vicente de Paula Faleiros (1985), Maria Lúcia Martinelli

(1991), José Paulo Netto (2008), entre outros, considera o assistente social um profissional cujo papel é claramente político. Nesses termos, sua função não se explica por si mesma, encontrando fundamento na posição que o profissional ocupa na divisão social e técnica do trabalho.

Iamamoto pode ser considerada a pioneira dessa linha teórica no Brasil. Com efeito, nos anos 1980, a autora realizou verdadeira inflexão no debate, ao procurar captar o significado do Serviço Social como um dos elementos que participa da reprodução das relações contraditórias entre as classes na sociedade capitalista. Nesse sentido, efetua-se um esforço de compreender a profissão, historicamente situada, como um tipo de especialização do trabalho coletivo e no âmbito da divisão social do trabalho, peculiar à sociedade industrial.

O Serviço Social é compreendido aqui como um “produto histórico” e não como fruto do desenvolvimento interno das formas de ajuda. Ao contextualizar o significado da profissão, a perspectiva crítica, claramente, contrapõe-se ao pensamento endogenista, que, na melhor das hipóteses, insere a profissão numa realidade social estanque.

Ainda segundo Iamamoto (2008), o exercício profissional é polarizado pela luta de classes e, simultaneamente, configura atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante, reproduzindo as contradições próprias da sociedade capitalista. Nessas circunstâncias, o/a assistente social, ao mesmo tempo em que é chamado/a a atender às exigências do capital, participa, ainda que subordinadamente, de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora.

Além disso, a autora entende que os/as assistentes sociais são convocados/as não pelo caráter técnico-especializado de suas ações, mas, basicamente, pelas funções de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador”. Em sua concepção, trata-se de um profissional de coerção e consenso, cuja ação recai sempre no campo político.

Numa perspectiva teórico-metodológica semelhante, José Paulo Netto (2008) reforça a tese histórico-crítica, afirmando que é na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais que se criam as condições histórico-sociais que permitem a emergência do Serviço Social como profissão na

ordem burguesa e no capitalismo monopolista. Dito de outro modo, não é a continuidade evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, mas – e sobretudo – a ruptura com as mesmas, razão pela qual não é um acidente cronológico.

Para o referido autor (idem), a “questão social” não determina, por si só, a gênese do Serviço Social; apenas confere uma base para a emergência da profissão quando se transforma em objeto de intervenção do Estado burguês. Tal intervenção é instrumentalizada pelas políticas sociais, que, com suas medulares dimensões e por constituírem conjuntos de procedimentos técnico-operativos, requerem agentes técnicos, isto é, assistentes sociais, para sua formulação e implementação.

Nesse sentido, a formulação e a implantação das políticas sociais, próprias desse novo estágio da ordem socioeconômica, estimulam a criação de diversas novas profissões “especializadas”, dentre as quais o Serviço Social, que aparece para desempenhar seu papel, ocupando, na divisão sociotécnica do trabalho, posição subordinada e vinculada à execução terminal das políticas sociais.

Netto (ibidem) igualmente assinala que a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à evolução da ajuda, à racionalização da filantropia nem à organização da caridade. De fato, a gênese da profissão como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada vincula-se inexoravelmente à dinâmica da ordem monopólica.

Alguns Aspectos Sócio-Históricos do Serviço Social no Brasil

Nos anos 1930, o Serviço Social institucionaliza-se no Brasil num contexto de intensa agudização das refrações da questão social, considerada por Iamamoto (2008) a base de justificação da profissão e entendida pela autora como as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. Trata-se de manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir novas formas de intervenção para além da caridade e repressão.

O Estado era chamado a intervir, porém, diante de sua incapacidade de implementar políticas sociais eficazes, respondia às reivindicações do proletariado com repressão policial. De fato, na década de 1930, período em que o Brasil passava por intenso processo de industrialização, a violência estatal representava o mais eficiente instrumento de manutenção da ordem, necessária à acumulação capitalista.

À época, a sobrevivência do trabalhador dependia exclusivamente de sua força de trabalho e se vinculava ao mercado dominado pelo capital. Assim, o operariado inexoravelmente sucumbia à exploração desmedida dos capitalistas, que afetava, inclusive, sua capacidade vital. Com efeito, a população trabalhadora vivia em condições subumanas, amontoando-se em bairros insalubres, sem água, saneamento básico e luz. O poder aquisitivo dos salários era ínfimo, de modo que, mesmo com o trabalho extenuante de todos os membros da família, a renda obtida era insuficiente para a sua subsistência.

Tamanha exploração ensejou a organização do proletariado na luta em prol de melhores condições de trabalho e pela defesa de uma vida mais digna, o que configurava ameaça aos valores mais sagrados da sociedade burguesa: a moral, a religião e a ordem pública. Este cenário exigia, portanto, a contenção das reivindicações operárias e o controle social da exploração da força de trabalho.

É no âmbito desse processo histórico que estão fincadas as raízes do Serviço Social brasileiro. Sua intervenção à época do surgimento, contudo, não se baseava em medidas emanadas do Estado, mas, como dito, da iniciativa particular de grupos e frações de classe que se manifestavam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica.

A partir dos anos 1940, o conservadorismo católico da profissão aproxima-se do Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho, permeadas pelo caráter da teoria social positivista, cuja concepção pressupõe uma sociedade regulada por leis naturais invariáveis, que independem da vontade e da ação humana.

Tal influência positivista, que orientava a prática profissional para a individualização dos problemas sociais, foi responsável pelo monolitismo teórico do Serviço Social brasileiro que imperou até a década de 1960. Como se percebe,

havia, frente às refrações da “questão social”, um trato individualizante e despido de qualquer leitura crítica da raiz que engendra a manifestação dos antagonismos de classe.

Nesta mesma época, chega ao Brasil e à América Latina, o Serviço de Comunidade ou Desenvolvimento de Comunidade (DC). A princípio orientado por noções de doença social, anormalidade e necessidade de equilibrar os pontos de estrangulamento social, tal prática profissional evolui posteriormente para as ideias de subdesenvolvimento e atraso econômico. Na esteira do Governo JK (encerrado em 1960) e seu lema de progresso “cinquenta anos em cinco”, o Serviço Social brasileiro inspira-se nas ideias “desenvolvimentistas”, que visam tirar o país do atraso, trazendo-o para a modernidade capitalista industrializada, mediante esforço conjunto da população e do governo.

José Paulo Netto (2008), todavia, destaca haver contradição entre as demandas derivadas da dinâmica do desenvolvimento embasado na industrialização pesada e a representação das classes e camadas sociais no sistema de poder político. O alargamento e o aprofundamento desta contradição, precipitados pelas lutas e tensões sociais no período, erodiam consistentemente o lastro hegemônico da dominação burguesa.

Formava-se, assim, o caldo social, político e econômico que resultou no golpe militar de 1964. Especificamente em relação ao Serviço Social, no discurso e na ação governamentais, havia um claro componente de validação e reforço do que Netto caracterizou como Serviço Social “tradicional”, ou seja, “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável” (NETTO, 1981, p. 44).

Até a primeira metade da década de 1960, é inconteste que a profissão não apresentava polêmicas de relevo. Mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais; sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria

profissional na qual imperava uma consensual direção interventiva e cívica, o que não significa ausência de conflitos e tensões internas.

A ruptura com este cenário tem suas bases na laicização do Serviço Social oriundas das condições novas impostas à formação e ao exercício profissionais pela autocracia burguesa, evidenciando a ineficiência do referencial positivista e contribuindo para o surgimento do chamado Movimento de Reconceituação.

Com efeito, a categoria, instigada pelas inquietações do momento histórico, direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional por meio de um processo de revisão global, que abrange as dimensões ética, teórica, metodológica, operativa e política.

É no bojo do Movimento de Reconceituação, marcado por documentos elaborados em encontros da categoria – Porto Alegre (1965), Araxá (1967), Teresópolis (1970) e Sumaré (1978) –, que a interlocução com o marxismo surge no Serviço Social latino-americano. Nesse sentido, houve uma primeira aproximação com a tradição marxista, cujo caráter sincrético e multifacetado suscitou intenso e longo debate teórico-metodológico entre os assistentes sociais.

De fato, esse processo abarcou tendências diversas, sendo as três predominantes denominadas por Netto (2008) de: “modernizadoras” (de orientação funcionalista), “reatualização do conservadorismo” (de inspiração fenomenológica) e “intenção de ruptura” (de tendência marxista). É também elemento constitutivo da renovação do Serviço Social a inserção profissional no circuito universitário, em meados da década de 1970.

Em síntese, o Movimento de Reconceituação expressa amplo questionamento da profissão, suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos-políticos, procedimentos operativos e formação profissional. Denuncia-se, assim, a pretensa neutralidade político-ideológica do Serviço Social, que assume o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos de trabalhadores marginalizados. Como resultado, a profissão assume um novo projeto, comprometido com as demandas das classes trabalhadoras.

É preciso assinalar, entretanto, que o marco fundamental do diálogo do Serviço Social brasileiro com a teoria social de Karl Marx reside no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em São Paulo, em 1979, e

conhecido como “Congresso da Virada”. Inspirados pela conjuntura sócio-histórica, os assistentes sociais começam a compreender o Serviço Social no contexto da relação capital e trabalho e nas complexas relações entre Estado e sociedade. A “Virada”, portanto, descortinou novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha (CFESS, 2009).

Neste momento, inicia-se a construção de um novo projeto ético-político profissional, inspirado nas lutas pela implementação do Estado de Direito, após o nefasto período da ditadura militar.

A década de 1980 marca o reencontro do Serviço Social consigo mesmo, no que se refere ao estabelecimento de novas bases para a compreensão do passado, das particularidades de sua prática na sociedade, da relação com o Estado e da posição frente às demandas sociais. Constrói-se, nos campos da produção teórica e do exercício profissional, uma nova face para o Serviço Social, distinta da herança de suas origens, que se distancia das esferas patronais e incorpora os interesses da classe trabalhadora.

Para Maria Lúcia Barroco (2001), o amadurecimento teórico-metodológico do Serviço Social brasileiro exigiu uma espécie de “desmontagem da ética tradicional”, isto é, a ruptura com seus traços neotomistas e carregados pelo pensamento conservador. Ademais, no campo político, foram questionados o voluntarismo, o messianismo e o militantismo da profissão.

O referido amadurecimento concretizou-se pela superação dos equívocos do marxismo vulgar, representado especialmente, pelas abordagens reducionistas de manual e pelo formalismo metodológico estruturalista presente no “marxismo althusseriano”. O Serviço Social retomou, portanto, as fontes do pensamento de Marx, o que propiciou alicerces teórico-metodológico para apreender a realidade sob a perspectiva de totalidade. Nessa retomada, merece destaque a obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, publicada em 1982.

Os novos rumos influenciavam a elaboração do Código de Ética de 1986 que, opondo-se ao neotomismo, busca romper o histórico conservadorismo da profissão. Sem negar a importância do Código de 1986, Barroco(idem) afirmava,

todavia, que o mesmo estava aquém dos avanços teórico-metodológicos e políticos da década de 1980.

Nos anos 1990, as considerações socioeconômicas, neoliberais e ideológicas afetavam diretamente a população trabalhadora, rebatendo duplamente no Serviço Social, pois, seus agentes eram atingidos como cidadãos, trabalhadores assalariados e como profissionais viabilizadores de direitos.

O processo de debates, então em curso na categoria, resultou na aprovação do Código de Ética Profissional de 1993, ainda em vigor. Ao explicitar sua inserção no processo de ruptura com o Serviço Social tradicional, o Código remete à construção de um projeto profissional vinculado a uma proposta de sociedade radicalmente democrática e comprometido com a defesa dos interesses históricos da população trabalhadora.

Como observa José Paulo Netto (2008), há evidente amadurecimento de um vetor de ruptura, porém isto não significa que essa vertente tenha alcançado uma nova legitimidade junto às classes trabalhadoras. Além disso, a tentativa de rompimento com o viés conservador não significou que o conservadorismo profissional (e com ele o reacionarismo) tenha sido superado no interior da categoria.

Para o autor, a carência de um referencial crítico-dialético gera um exercício profissional sincrético, cujo arcabouço ideológico remete ao ethos burguês e é pontuado pelo pensamento conservador, sofrendo, ainda, influência católica, em especial da Doutrina Social da Igreja. Segundo Netto (*idem*), contudo, a alternativa de um Serviço Social liberado do conservadorismo e da tradição positivista não lhe retirará seu estatuto fundamental, qual seja, o de uma atividade que responde, no quadro da divisão social e técnica do trabalho da sociedade burguesa consolidada e madura, a demandas sociais prático-empíricas.

Em outras palavras, em hipótese alguma, o Serviço Social instaurar-se-á como núcleo produtor teórico específico; pelo contrário, permanecerá profissão e seu objeto será um complexo heterogêneo de situações que demandam intervenções sobre variáveis empíricas.

Iamamoto (2010), por sua vez, assevera que a profissão – como dois polos inseparáveis da mesma unidade – tem sido mobilizada para reforçar as condições

de dominação do capital, ao mesmo tempo em que responde às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora. Assim, o Serviço Social contribui para a reprodução dos antagonismos dos interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.

Ademais, a ausência de uma identidade profissional – que acompanha o Serviço Social desde a sua gênese – fragiliza a consciência social da categoria profissional, determinando um percurso alienado, alienante e alienador da prática profissional (MARTINELLI, 1991).

Para Yazbek (2001), por seu turno, é na trama submersa das relações sociais concretas e na história da organização da própria sociedade brasileira que se gestam as condições para que, no processo de divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social constitua um espaço de profissionalização e assalariamento.

Como visto nesse artigo, a emergência da profissão decorre da síntese das lutas sociais e está umbilicalmente ligada a uma estratégia de intervenção amortecedora no tecido social, engendrada pelo projeto político da burguesia capitalista, com vistas a evitar um conflito direto com o proletariado, propiciando condições para o aumento da acumulação do capital.

Tal posicionamento contraditório em relação à luta de classes acompanha o debate do Serviço Social brasileiro até a atualidade. Assim, um dos maiores desafios que os assistentes sociais enfrentam em seu cotidiano relaciona-se à capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de assegurar direitos, desvinculando-se do tradicional papel de executor terminal de políticas públicas. Contudo, como afirma Marx (1975), não basta conhecer a realidade. É preciso também transformá-la.

Desafios e limites do serviço social na contemporaneidade: emersão do Conservadorismo e do Neoconservadorismo

É fato inconteste que as transformações societárias operadas em plano mundial pela ofensiva do capital a partir da década de 1970 – a título de exemplificação: reestruturação produtiva e neoliberalismo – resultaram no

agravamento das desigualdades sociais e na degradação da vida humana e da natureza.

Ademais, o aprofundamento da exploração e o desemprego estrutural e conjuntural deram ensejo a novas formas de trabalho precário e destruíram direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, interferindo na vida dos indivíduos e gerando insegurança vivenciada objetiva e subjetivamente pela classe trabalhadora em seu cotidiano. Nesse sentido, as formas de reprodução social imprimem uma nova dinâmica ao conjunto das relações sociais.

Para Marilena Chauí (2005), em sua forma contemporânea, a sociedade capitalista caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, perpassando pela produção, com a dispersão espacial e temporal do trabalho, e pela destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e suas formas de luta. A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares que competem entre si.

Segundo a autora (*idem*), o pensamento dominante no capitalismo contemporâneo – o ideário neoliberal e seu subproduto, a ideologia pós-moderna – exerce a função de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital. É dessa forma que a insegurança, a instabilidade e a fragmentação são insidiosamente disseminadas como componentes ontológicos constitutivos de uma etapa histórica intransponível: a “era pós-moderna”.

Esta ofensiva neoconservadora², que conta com o suporte das metamorfoses processadas no âmbito da filosofia burguesa reacionária e da teoria social decadente, está se irradiando para o conjunto das ciências sociais e humanas. Assim, a opção político-econômica teoricamente balizada pelo corte conservador repõe, no cerne da questão, a forma de apreensão da realidade objetiva, buscando a total ruptura com as categorias determinantes do pensamento social moderno e a eliminação de qualquer resquício da teoria social crítica.

² Sobre o tema, conferir maiores informações na obra “Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro” de Josiani Soares Santos. São Paulo: Cortez, 2007.

O avanço conservador³ na conturbada conjuntura atual do país está causando profundos retrocessos na sociedade brasileira, especialmente, no que diz respeito a políticas públicas inclusivas e direitos sociais e trabalhistas que anteriormente pareciam consolidados. Ademais, proliferam-se manifestações de forte conteúdo conservador, principalmente em segmentos médios da sociedade, que reproduzem preconceitos e anseios disseminados pela elite brasileira, por meio dos grandes veículos de comunicação.

Com efeito, o conservadorismo e o neoconservadorismo estão enraizados em diversos setores da sociedade, o que aumenta sobremaneira sua representatividade em relação ao chamado senso comum. Dito de outro modo, o pensamento conservador é, de certa forma, expressão da consciência social da sociabilidade burguesa na qual estamos inseridos.

Como se sabe, em momentos de crise do capital, a referida sociabilidade sente-se ameaçada e reage por meio de um conservadorismo ainda mais exacerbado. Percebe-se, por consequência, como o pensamento conservador relaciona-se à lógica do preconceito e da exclusão, tornando-se profundamente antidemocrático (CFESS/CRESS, 2015).

Conforme visto, os tempos são de arrefecimento das liberdades democráticas, o que se reflete diretamente sobre as respostas do Serviço Social nos diferentes espaços em que se inserem os/as profissionais. Além disso, como já mencionado, a realidade de crise, acirrada pelo neoconservadorismo, gera mudanças substantivas nas condições de vida de trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse contexto, é importante destacar algumas características marcantes da sociabilidade contemporânea, especialmente a tendência ao intimismo, o retorno às questões da vida privada, a insegurança e o medo que ensejam o reforço de antigas instituições, sobretudo a família, como refúgio contra um mundo hostil. Ademais, a sociedade retorna às formas místicas, autoritárias ou fundamentalistas de religião e adere à imagem da autoridade política forte ou despótica. Dessa maneira, bloqueia-

³ Acerca do conservadorismo, é importante consultar “O Conservadorismo Clássico: elementos de caracterização e crítica” de Leila Escorsim Netto. São Paulo: Cortez, 2013.

se o campo da ação intersubjetiva e sociopolítica, ocultam-se as lutas de classes e se fecha o espaço público, encolhido diante da ampliação dos espaços privados (CHAUÍ, 2005).

A investida conservadora cria, assim, condições favoráveis à desqualificação da política, bem como reforça as determinações que incidem sobre as possibilidades concretas de organização das classes trabalhadoras.

De fato, como nos termos assinalados por François Chesnais (1996), o processo de mundialização do capital e a implantação das políticas neoliberais implicaram o empobrecimento e a desmobilização política da classe trabalhadora e contribuíram para a crise dos partidos e das entidades que defendiam seus interesses. Além disso, o fim das experiências socialistas permitiu que a apologética capitalista propagasse o seu triunfo, anunciando o “fim da história”.

Nesse cenário, guerras e conflitos etnorraciais e religiosos têm provocado êxodos por todo o mundo, exacerbando ainda mais um fenômeno contemporâneo diretamente relacionado à barbarização da vida: a xenofobia. Segundo Octavio Iani (1997), formas coletivas e institucionalizadas de preconceito e discriminação, dirigidas contra imigrantes, estrangeiros, ciganos, desempregados, etc., espriam-se por inúmeros países, evidenciando a violência como elemento presente no cotidiano da sociedade humana.

Infelizmente, a intolerância também se alastra em níveis crescentes pela sociedade brasileira, cujas raízes culturais, como se sabe, são conservadoras e autoritárias. Por conseguinte, há forte tendência de naturalização da violência, que recebe tratamento despolitizado e individualizado, ou seja, com foco apenas nas consequências, sem qualquer análise acerca de suas determinações históricas e sociais.

A ideologia neoliberal, portanto, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social” e, falseando a história, incita o apoio da população a práticas fascistas como uso de força excessiva pelo Estado, pena de morte, armamento da população, linchamentos e xenofobia.

Segundo Barroco (2011), o neoconservadorismo busca legitimar-se a partir da repressão dos trabalhadores e da criminalização dos movimentos sociais e da pobreza, bem como da militarização da vida cotidiana. Tais formas de repressão

significam a “negação do outro”, que – em função da violência discriminatória – tem negado o próprio direito de existir com suas diferenças.

É, portanto, nesse cenário de crise das esquerdas e dos projetos socialistas de modo geral, que o conservadorismo tem encontrado espaço para se reatualizar. Apoiando-se em mitos e motivando autoritarismos, discriminações e comportamentos irracionais e atitudes individualistas, o campo conservador propaga suas idéias de valorização da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade (CHAUÍ, 2005).

Nas últimas décadas, o Serviço Social brasileiro trilhou uma inegável trajetória de engajamento nas lutas das classes subalternas. Com efeito, a profissão e suas entidades representativas engajaram-se em ações de defesa dos direitos humanos, bem como em mobilizações e lutas das forças políticas democrático-populares, ao lado do conjunto das classes trabalhadoras.

Assim, diante do cenário atual de reatualização conservadora, torna-se imperativo reafirmar os princípios que norteiam o projeto ético-político da profissão, reforçando sua vertente de ruptura com o conservadorismo. Nesse sentido, o enfrentamento das forças do capital, do ponto de vista profissional, assume caráter político, revelando-se imprescindível, para que a categoria avance na direção da defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora, a articulação com partidos, sindicatos e entidades de classe dos trabalhadores e, ainda, com os movimentos organizados da população usuária.

Ademais, tornam-se essenciais, na luta contra o neoconservadorismo, o fortalecimento da organização política dos/as assistentes sociais, o que pressupõe trabalho de base junto à categoria e nas unidades de ensino, com docentes e alunos. Contudo, é preciso ter clareza acerca das limitações dessa luta, que – evidentemente – envolve dimensões que extrapolam a profissão. Em outras palavras, o avanço político do referido projeto ético-político está articulado, de forma inexorável, ao avanço de forças sociais mais amplas (CHAUÍ, 2005).

Tal articulação torna-se ainda mais premente no momento atual do país, no qual um governo que – a despeito de seus inúmeros erros – promoveu inegáveis

avanços na área social foi substituído ilegalmente por uma corja golpista⁴ a serviço do capital e sem qualquer compromisso com os direitos da classe trabalhadora.

Em suma, os/as assistentes sociais devem rechaçar com veemência as requisições do estado policial, evitando a incorporação de suas demandas – eivadas de coerção – ao exercício profissional. Além disso, a categoria precisa estar capacitada para não reproduzir o conservadorismo no âmbito da profissão, bem como para enfrentar o discurso dominante de naturalização e moralização da criminalidade, refutando as práticas de encaminhamento seletivas, baseadas em critérios de classe e condição social ou avaliações de caráter moral.

Por fim, deve ser rechaçada a sistemática de capacitação que se desenvolve a partir da utilização de meios virtuais, o que contribui para retirar do ensino a possibilidade interativa exigida pelo conhecimento crítico. Com efeito, cursos à distância e salas de discussão virtual, entre outras, constituem formas de reprodução do neoliberalismo contemporâneo, pois isolam o indivíduo, tornando-o passivo diante de uma máquina e substituindo as relações humanas por relações entre objetos e imagens fetichizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado no presente artigo, o contexto atual tem sido de perdas irreparáveis de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, estando em curso um processo de desumanização, no qual esfacelam-se as condições para que as classes subalternas assegurem a manutenção de uma vida digna. O desemprego, a pobreza, a desregulamentação do trabalho e da proteção social, o aprofundamento da exploração, a violência, a degradação ambiental, a dependência político-econômica dos países periféricos, dentre outros aspectos, evidenciam o

⁴ Trata-se de um “governo” que não passou (e muito provavelmente não passaria) no crivo das urnas e seu programa não conta com o respaldo de uma parte significativa da população.

abismo entre o desenvolvimento tecnológico do gênero humano e a pobreza da maioria da humanidade.

Nesse cenário, o Brasil não é exceção. Com efeito, nos últimos anos o neoconservadorismo aflorou com força no país, trazendo consequências perversas à sociedade e ensejando rebatimentos como tentativa de redução da maioridade penal, projeto escola sem partido e perseguições a religiões de matriz africana e aos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Em outra frente dessa preocupante ofensiva, há no Congresso Nacional uma crescente bancada religiosa que tenta romper a laicidade do Estado, para impor à sociedade seus valores fundamentalistas.

Assim, as precárias condições de existência social da maior parte da população brasileira revelam-se cotidianamente nas instituições, exigindo respostas do Serviço Social; a profissão, contudo, em grande medida, não dispõe de condições objetivas para viabilizá-las. Ademais, o agravamento da “questão social” também rebate na vida de trabalhador/a assalariado/a do/a assistente social, que enfrenta em níveis diversos os mesmos problemas da população usuária.

Cabe assinalar que a reatualização do conservadorismo na profissão é favorecida pela precarização das condições de trabalho e de formação profissional e pela falta de preparo técnico e teórico, bem como pela fragilização de uma consciência crítica e política. Tais fatores podem motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionistas, isto é, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista.

Ressalte-se que a categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social e à violência, em suas formas subjetivas e objetivas. Há, por conseguinte, imensos desafios e dificuldades para a implementação do projeto ético-político, pois viabilizá-lo não depende apenas da intencionalidade dos profissionais, sendo imprescindível, como mencionado, a articulação política com partidos e movimentos sociais comprometidos com os interesses da classe trabalhadora.

Nessa conjuntura de aceleração do processo de fragilização de políticas sociais e a supressão de direitos, patrocinados pelo governo golpista, a categoria dos/as assistentes sociais depara-se em sua atuação profissional, cada vez mais,

com o “gerenciamento da barbárie”. Para o Serviço Social, portanto, impõe-se o desafio de resistir ao processo que Elaine Behring (2003) denomina contrarreforma do Estado e, juntamente com outros sujeitos coletivos, entrincheirar-se, sem tergiversações, nas fileiras das lutas em prol de uma sociedade solidária, justa e substancialmente democrática.

Em síntese, são tempos exigentes que requisitam a nossa resistência política e análise crítica, para enfrentar os desdobramentos da contrarreforma estatal, no contexto de um golpe de Estado que, sob a aparência de legalidade, rasga diuturnamente a Constituição Federal de 1988. Urge que reforcemos, portanto, os pilares que sustentam o projeto ético-político em sua dimensão de ruptura – o marxismo, o ideário socialista da emancipação humana, o compromisso com os reais interesses da classe trabalhadora, a busca de rompimento com o conservadorismo em todas as suas formas – e constituem, indubitavelmente, o mais valioso patrimônio do Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, Ezequiel et al. Del ajuste a latransformación: Apuntes para una historia deltrabajo social. Buenos Aires: Ecro, 1975.

BARROCO, Maria Lúcia da S. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paul: Cortez, 2001.

_____. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: Revista Serviço Social & Sociedade. 106. Abril/Junho de 2011. Educação, Trabalho e Sociabilidade.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS Manifesta. 30 Anos do Congresso da Virada. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>. Último acesso em 30/01/2017.

CFESS/CRESS. Neoconservadorismo e Serviço Social no cenário atual: começa o 44º Encontro Nacional CFESS/CRESS, Rio de Janeiro, 2015.

CHAUÍ, Marilena. Silêncio Forçado. Revista Espaço Acadêmico – nº 53. Outubro/2005. Disponível: <https://www.espacoacademico.com.br/053/53chaui.htm>. Último acesso em 29/01/2017.

CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social nas instituições: Hegemonia e prática. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 17, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional – 9ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; Carvalho, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 23ª ed. – São Paulo. Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Cortez, 2010.

_____. Serviço Social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. 6ª edição: Cortez, 2011a, cap. 1 e 3.

_____. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – 11ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2011b.

IANNI, Otávio. A Questão Social. Revista USP, setembro, outubro e novembro. São Paulo, 1997.

LIMA, Boris Alexis. Epistemología del trabajo social. Buenos Aires: Humanitas, 1986. Versão em português: Contribuição à metodologia do Serviço Social. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez/Celats, 1993. Versão brasileira de Deapóstoles a agentes de cambio. Lima: Celats, 1982.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social. Identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Lisboa. Avante, 1975.

MARX, Karl. “A lei geral da acumulação capitalista” In: O Capital. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985, cap. XXIII.

MONTAÑO, Carlos. A Natureza do Serviço Social: um ensaio sobre a gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo. Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. “La crítica conservadora a la reconceptualización”. Acción Crítica, 1981. Lima. Celats.

_____. “Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”. In: Serviço Social e Sociedade nº 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-1964 – 12ª – ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

OTTONI VIEIRA, Balbina. História do Serviço Social: Contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. 106. Abril/Junho de 2011. Educação, Trabalho e Sociabilidade.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, jan./jun. 2001, p. 33-40.